

**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES I
dezembro 2023**

**GRUPO DE ACOMPANHAMENTO
DAS SITUAÇÕES DE
VIOLÊNCIA SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADULTOS
VULNERÁVEIS NO CONTEXTO DA
IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL**



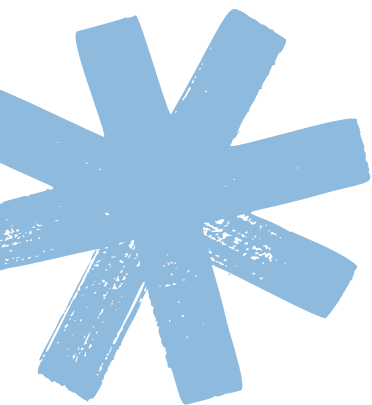
GRUPO VITA

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DAS
SITUAÇÕES DE **VIOÊNCIA SEXUAL** DE
CRIANÇAS E ADULTOS VULNERÁVEIS
NO CONTEXTO DA **IGREJA CATÓLICA**
EM PORTUGAL

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES I
dezembro 2023



CONFERÊNCIA
EPISCOPAL
PORTUGUESA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Grupo VITA: Relatório de Atividades I.

AUTORES

Rute Agulhas, Joana Alexandre, Helena Carvalho,
Ricardo Barroso, Alexandra Anciães, Jorge Neo Costa, Márcia Mota.

REFERÊNCIA SUGERIDA:

Agulhas, R., Alexandre, J., Carvalho, H., Barroso, R., Anciães, A., Neo-Costa, J., & Mota, M. (2023).
Grupo VITA: Relatório de Atividades I. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

EDIÇÃO:

Grupo VITA - Grupo de acompanhamento das situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal.

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO:



DATA:

dezembro de 2023

*“O abuso, em todas as suas formas, é inaceitável.
O abuso sexual de crianças é particularmente
grave, pois ofende a vida enquanto está a
florescer naquele momento. Em vez de florescer,
a pessoa abusada é ferida, por vezes de forma
indelével”.*

Papa Francisco

Do discurso aos membros da Pontifícia Comissão para a
Tutela dos Menores
(29 de Abril de 2022)

Imagem: CNS/Vatican Media - Basílica de São Pedro, no Vaticano, 2023



10 Nota introdutória

12 1. Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas de violência sexual

34 2. Sensibilização e formação

42 3. Articulação interinstitucional

43 4. Investigação

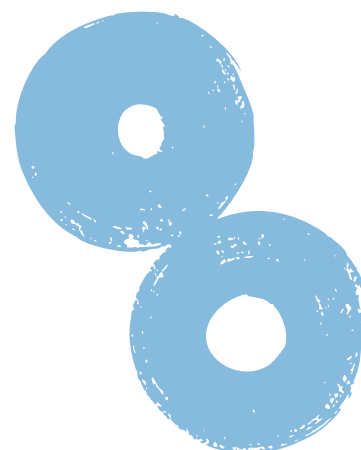
44 5. Estratégias de *Advocacy*

46 Considerações Finais

47 Anexos

Cartaz Grupo VITA

Cartaz Grupo VITA para comunidades emigrantes



Índice de tabela

- 23** Tabela 1. *Cruzamento entre “Estratégias da pessoa que cometeu o abuso” e “Motivos para a não revelação por parte das vítimas”*

Índice de figuras

- 13** Figura 1. *Chamadas telefônicas recebidas*
-

- 16** Figura 2. *Localização geográfica das vítimas, no presente (n)*
-

- 31** Figura 3. *Sinalizações efetuadas pelo Grupo VITA*
-

- 32** Figura 4. *Sinalizações às CD*
-

- 39** Figura 5. *Programa formativo das CD*
-

- 39** Figura 6. *Programa formativo dos IVCSVA*
-

- 41** Figura 7. *Formação inicial da Bolsa de Profissionais*
-





Índice de gráficos

15 Gráfico 1. *Distribuição das vítimas por idade (em anos)*

15 Gráfico 2. *Estado civil das vítimas*

17 Gráfico 3. *Idade quando ocorreu a primeira situação de violência sexual (em anos)*

18 Gráfico 4. *Situações abusivas reportadas (por década)*

19 Gráfico 5. *Comportamentos sexualmente abusivos mais frequentes*

20 Gráfico 6. *Estratégias da pessoa que cometeu o abuso sexual*


22 Gráfico 7. *Motivos para a não revelação por parte da vítima*

25 Gráfico 8. *Impacto emocional nas vítimas*

26 Gráfico 9. *Impacto comportamental nas vítimas*

38 Gráfico 10. *Participantes na avaliação de necessidades*

Siglas utilizadas ao longo do relatório:

- ACT** – Autoridade para as Condições do Trabalho
 - APAV** – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
 - APEC** – Associação Portuguesa de Escolas Católicas
 - APEI** – Associação Portuguesa dos Educadores de Infância
 - APSS** – Associação dos Profissionais de Serviço Social
 - APTSES** – Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social
 - CD** – Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis
 - CEP** – Conferência Episcopal Portuguesa
 - CI** – Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa
 - CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
 - CIRP** – Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal
 - CNE** – Corpo Nacional de Escutas
 - CNIS** – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social
 - CNPDPCCJ** – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
 - CVP** – Cruz Vermelha Portuguesa
 - DGE** – Direção Geral da Educação
 - ECN** – Equipa de Coordenação Nacional das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis
 - EMRC** – Educação Moral e Religiosa Católica
 - GNR** – Guarda Nacional Republicana
 - INEM** – Instituto Nacional de Emergência Médica
 - IPDJ** – Instituto Português do Desporto e da Juventude
 - ISCTE** – Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
 - IVCSVA** – Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica
 - JMJ** – Jornada Mundial da Juventude
 - OA** – Ordem dos Advogados
 - OPP** – Ordem dos Psicólogos Portugueses
 - PGR** – Procuradoria Geral da República
 - PJ** – Polícia Judiciária
 - RASI** – Relatório Anual de Segurança Interna
 - SCML** – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
 - SNEC** – Secretariado Nacional da Educação Cristã
 - UTAD** – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- 

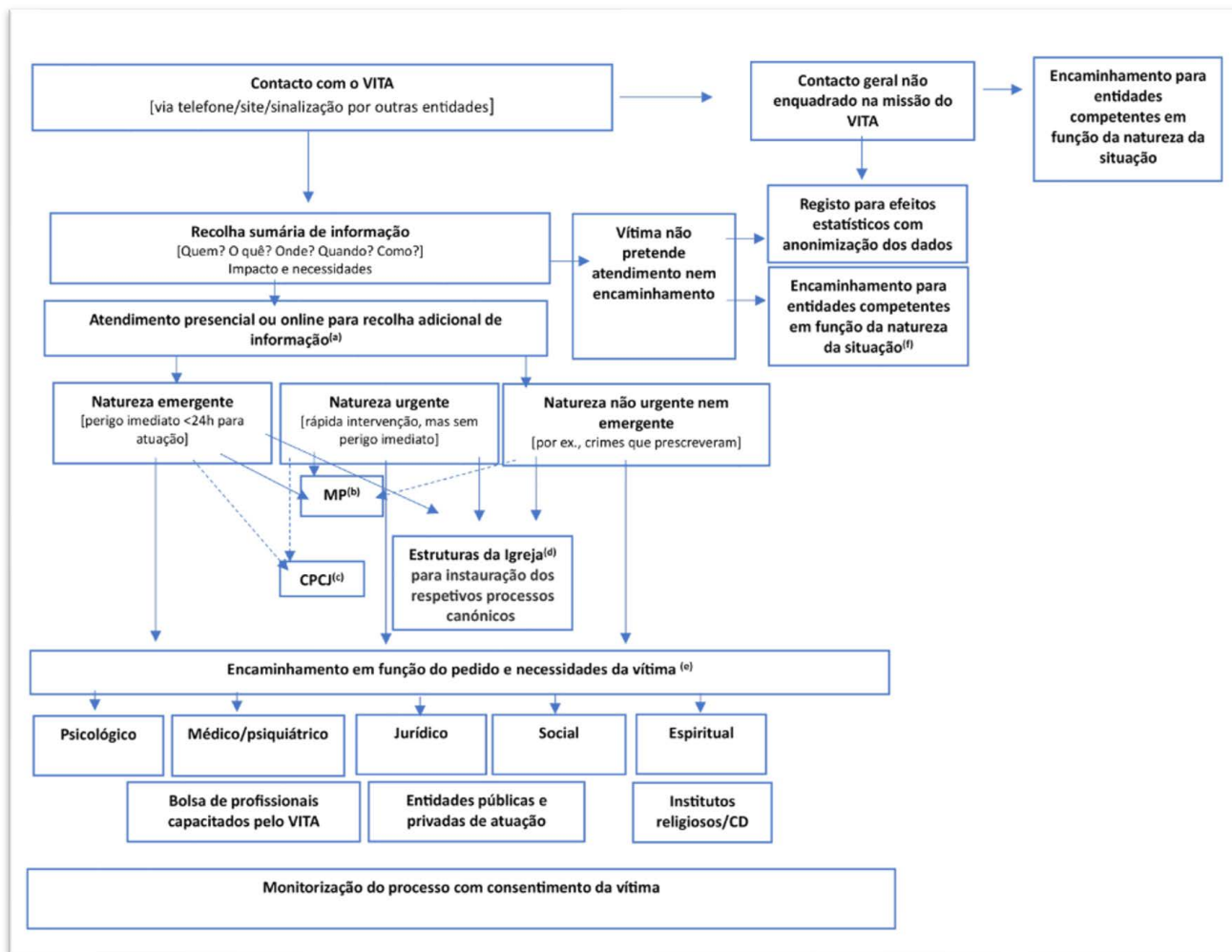
Nota introdutória

O Grupo VITA - Grupo de acompanhamento das situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal foi criado pela Conferência Episcopal Portuguesa [CEP] em abril de 2023, em sequência da apresentação do Relatório Final da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa (fevereiro de 2023).

O Grupo VITA é um grupo isento, autónomo e independente, que visa acolher, escutar, acompanhar e prevenir as situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal (daqui em diante, denominada por “Igreja”), numa lógica de intervenção sistémica. Pretende ainda criar e consolidar respostas especializadas, capacitar e desenvolver recursos, bem como desenvolver os procedimentos necessários à prevenção de situações de violência sexual contra crianças e adultos vulneráveis¹.

¹ Saiba mais sobre o Grupo VITA em www.grupovita.pt.

O Grupo VITA definiu um fluxograma de atuação², que se explicita de seguida:



Em funcionamento desde o dia 22 de maio de 2023, o Grupo VITA apresenta o seu primeiro **Relatório de Atividades**, compreendendo o período temporal entre 22 de maio e 30 de novembro de 2023.

O **Relatório de Atividades** está organizado em função dos grandes eixos de intervenção do Grupo VITA:

1. **Acolhimento, escuta e acompanhamento de vítimas de violência sexual**
2. **Sensibilização e formação**
3. **Articulação interinstitucional**
4. **Investigação**
5. **Estratégias de Advocacy**

² Disponível em <https://grupovita.pt/preciso-de-ajuda/>.

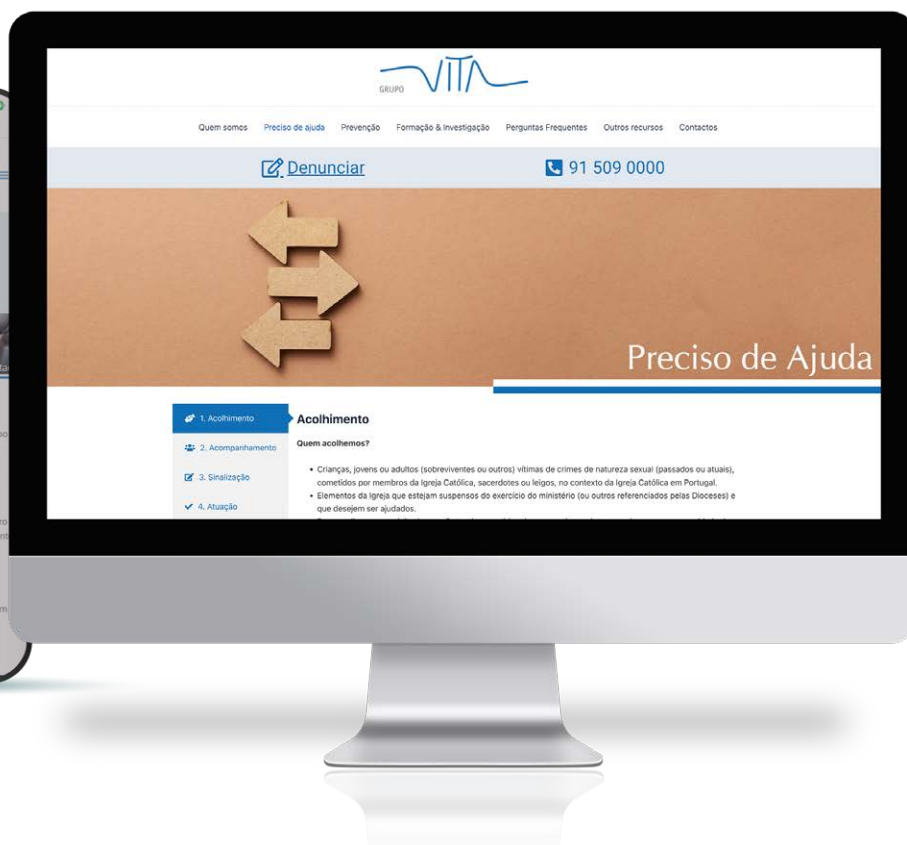
1. ACOLHIMENTO, ESCUTA E ACOMPANHAMENTO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Para o acolhimento das vítimas (ou sobreviventes) de violência sexual no contexto da Igreja, bem como de pessoas que possam estar em risco de cometer, ou já cometeram, crimes de natureza sexual, foram criados os seguintes canais de comunicação:

LINHA TELEFÓNICA
91 509 0000



FORMULÁRIO DE SINALIZAÇÃO
www.grupovita.pt/formulario/



Nos primeiros seis meses de funcionamento, **foram recebidas 278 chamadas telefónicas** relativas a situações de violência sexual no contexto da Igreja, e outras formas de violência, bem como outras ocorrências não relacionadas com a missão do Grupo VITA. As chamadas rececionadas encontram-se distribuídas pelos diversos meses da seguinte forma:

CHAMADAS

■ Maio ■ Junho ■ Julho ■ Agosto ■ Setembro ■ Outubro ■ Novembro

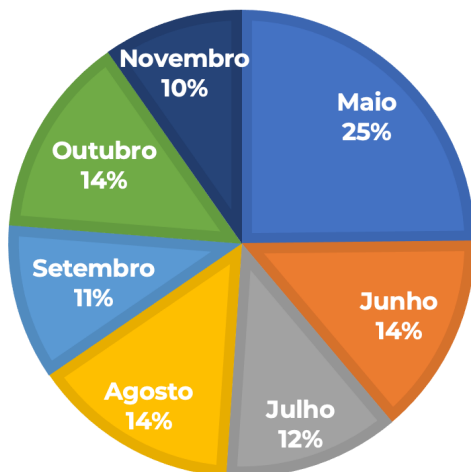
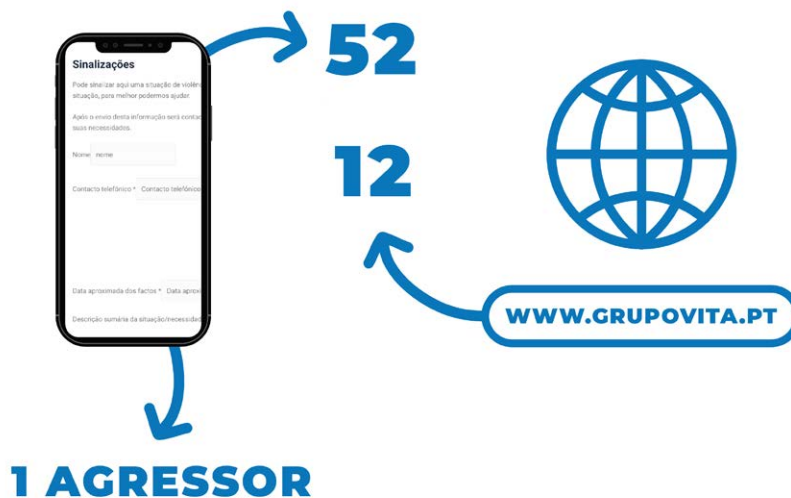


Figura 1. Chamadas telefónicas recebidas

Relativamente aos pedidos de ajuda por parte de vítimas de violência sexual e pessoas que cometem/cometeram/ podem vir a cometer crimes de natureza sexual no contexto da Igreja:

Dos contactos recebidos através da linha telefónica e do formulário do *site*, bem como do e-mail geral@grupovita.pt, foram identificadas 64 vítimas de violência sexual e uma pessoa (leigo) que cometeu crimes sexuais no contexto da Igreja³.



³ Esta situação tinha já sido sinalizada às entidades competentes (penais e canónicas). Esta pessoa foi encaminhada para apoio psicológico para um profissional da Bolsa do Grupo VITA.

Destes pedidos de ajuda, realizaram-se **42 atendimentos** (presenciais ou online) com vítimas de violência sexual.

Violação do 6.º Mandamento do Decálogo:

Das 42 pessoas atendidas, verificou-se que três eram pessoas adultas que não preenchiam os critérios de adulto vulnerável⁴, à data da situação. Neste contexto, estas situações foram entendidas como uma violação do 6.º Mandamento do Decálogo⁵ e sinalizadas diretamente aos respetivos Bispos Diocesanos.

Outros pedidos de ajuda:

Em concreto, no universo de chamadas telefónicas, 16 diziam respeito a situações de violência não relacionadas com a missão do Grupo VITA (e.g., abuso sexual intrafamiliar, violência doméstica), que foram encaminhadas para outras entidades (e.g., APAV, GNR, Câmaras Municipais, estruturas de atendimento a vítimas de violência sexual, ACT).

Caracterização das vítimas atendidas e dinâmicas da situação abusiva

Os indivíduos sobre os quais será feita a caracterização (n = 39) correspondem às vítimas com as quais os elementos do Grupo VITA fizeram um atendimento individualizado (presencial ou *online*), para recolha detalhada de informação, com uma duração média de 2h30 minutos.

Dos 39 atendimentos efetuados, apenas 30.8% destas situações foram sinalizadas previamente à CI.

Caracterização sociodemográfica

Em termos de **caracterização sociodemográfica**, *destaca-se que a maioria das vítimas é do sexo masculino* (56.4%) e todas elas possuem **nacionalidade portuguesa**. Relativamente à **idade atual**, esta varia entre os 19 e os 74 anos (Gráfico 1), sendo a média de idades de 53.7 anos, apesar da sua variabilidade em termos de distribuição (*DP* = 13.7 anos):

⁴ Adulto vulnerável: Pessoa com idade igual ou superior a 18 anos que, em virtude de um estado de doença, deficiência física ou psíquica, ou de privação da liberdade pessoal, mesmo ocasionalmente, vê limitada a sua capacidade de entender ou querer ou, em todo o caso, de resistir à ofensa. A privação da liberdade pessoal pode dever-se ao facto de o agressor exercer pressão ou abusar da sua autoridade, influência e/ou aproveitar-se da situação de ser o responsável pela sua educação ou assistência.

⁵ O 6.º Mandamento do Decálogo remete para a importância em guardar castidade nas palavras e obras.

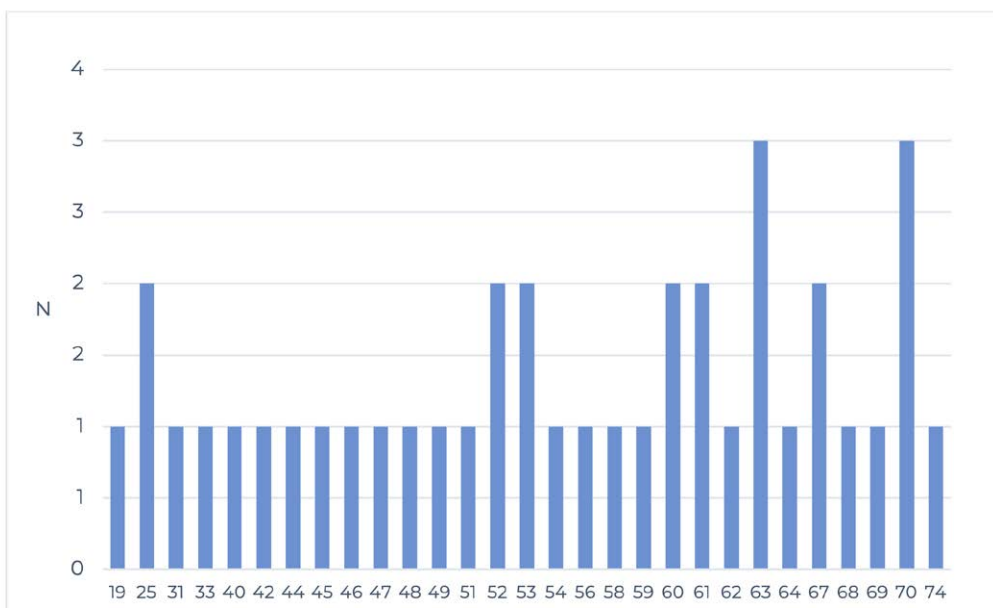


Gráfico 1. Distribuição das vítimas por idade (em anos)

A maioria das vítimas encontra-se divorciada ou separada (41.4%), cerca de 31% é solteira e cerca de um quarto encontra-se numa relação (casamento/união de facto) (Gráfico 2). A maioria das vítimas vive sozinha (41.0%), cerca de 67% refere ter filhos, sendo mais frequentemente mencionado um filho (30.8%) ou dois (20.5%).

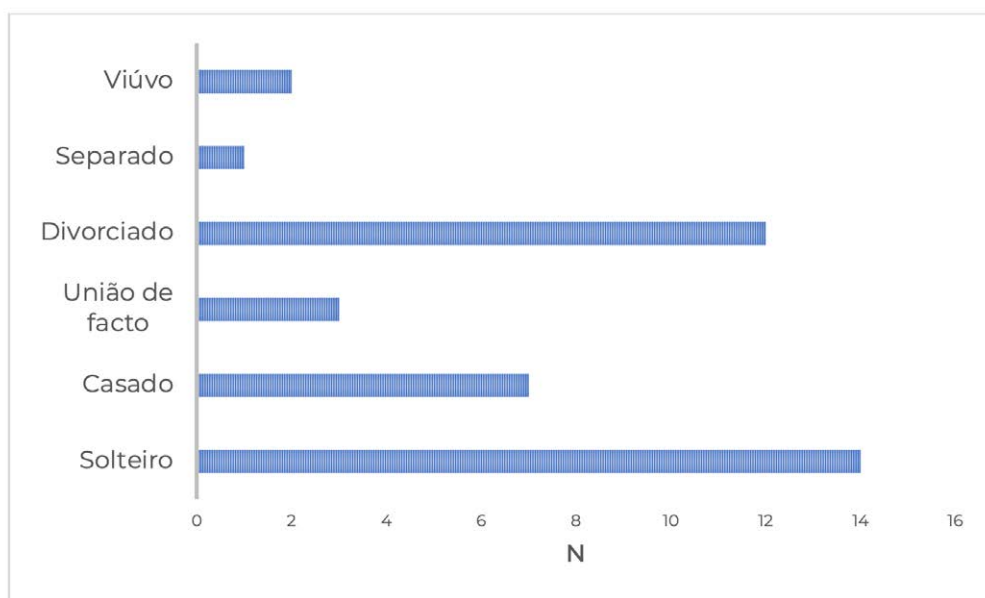


Gráfico 2. Estado civil das vítimas

Em termos geográficos e considerando as NUTS 2, das 39 vítimas, 38.4% vive atualmente na região centro e 30.1% na região norte⁶.

⁶ NUTS 2 – Unidades Territoriais para Fins Estatísticos



Figura 2. Localização geográfica das vítimas, no presente (n)

Considerando o **nível de escolaridade**, a maior parte das vítimas tem o ensino secundário concluído (30.8%), ou o 9.º ano (28.2%); cerca de 23% tem uma licenciatura (pré-Bolonha).

No que diz respeito à **situação na profissão**, cerca de 40% das vítimas trabalha em setores profissionais distintos (mais frequentes: Especialistas das atividades científicas e intelectuais – professores –; Técnicos e profissões de nível intermédio como, por exemplo, engenheiros) e aproximadamente 26% encontra-se reformada; três são estudantes. Cerca de 20% encontra-se desempregado ou sem ocupação.

No que à **religião** diz respeito, mais de metade das vítimas (59.0%) considera-se católico. Em termos de frequência, cerca de 23% refere participar frequentemente em atos religiosos (“*todos os dias*”; “*mais do que uma vez por semana*” ou “*uma vez por semana*”), 20.5% fá-lo de forma ocasional (e.g., “*apenas em dias santos*”). Ainda, 12.8% refere nunca participar em atividades religiosas.

Caracterização das dinâmicas abusivas

Em termos de **idade em que ocorreu a primeira situação de violência sexual**, esta varia entre os seis e os 25 anos, sendo a idade mais prevalente a dos sete anos, seguida dos 10 e dos 11 anos.

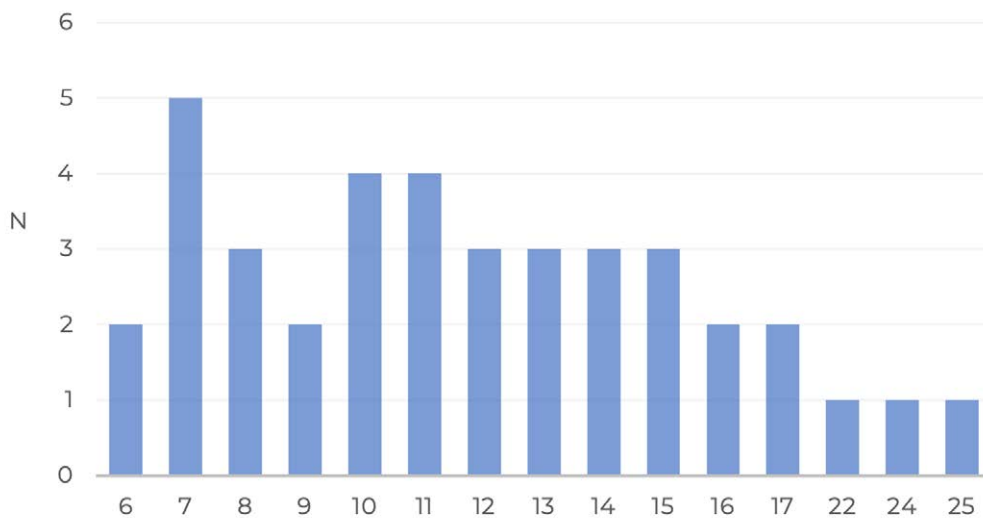


Gráfico 3: Idade quando ocorreu a primeira situação de violência sexual (em anos)

À **data dos alegados factos**, a grande maioria das vítimas (71.8%) vivia com a família nuclear e cerca de 18% em instituição (cinco vítimas em seminário, uma em colégio de ordem religiosa e uma em casa de saúde).

Das vítimas que referem ter irmãos, cerca de 10% refere que estes também foram vítimas, apesar da maioria (59%) responder negativamente a essa questão. Ainda, 15.4% refere não saber.

Em termos de **período temporal da vitimização e antiguidade** da respetiva situação, existe uma grande variação – entre o ano de 1960 e o de 2023 –, sendo a média em cerca de 42 anos (DP = 16.3 anos). Cerca de metade das vítimas (51.3%) só agora revelou e 28.2% revelou pela primeira vez ao Grupo VITA (e.g., “Estou casado há mais de 40 anos e a minha mulher não sabe”). Na sua grande maioria (84.6%) não foi apresentada denúncia pela vítima ou outra pessoa às estruturas da Igreja, nem aos Órgãos de Polícia Criminal/Ministério Público (82.1%).

Globalmente as situações abusivas ocorreram nos anos 60 (n = 12) e nos anos 80 (n = 10), sendo menos frequentemente reportados comportamentos abusivos nos anos 70 (n = 7) e 90 (n = 5) do século passado, tendência que parece manter-se a partir do ano de 2000 e até ao presente (n = 5).

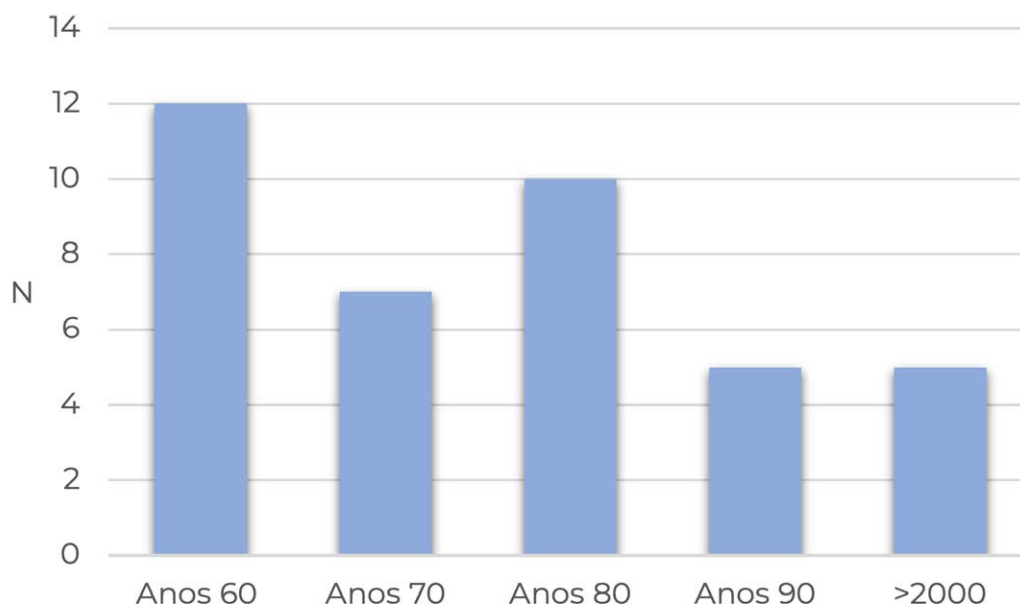


Gráfico 4. Situações abusivas reportadas (por década)

Relativamente à **frequência e duração** da **situação abusiva**, cerca de 46% não consegue precisar essa frequência, nem a sua duração (20%). Um quarto das vítimas (25.6%) refere ter ocorrido algumas vezes, e cerca de 21% uma vez. Apenas três vítimas mencionam ter ocorrido duas vezes. Em termos de duração, seis vítimas referem que a situação abusiva aconteceu durante três, quatro ou cinco anos, cinco indicam dois anos e quatro mencionam um ano. Para três das vítimas a duração da vitimização situou-se entre seis e nove anos.

No que diz respeito à **pessoa que cometeu** o abuso sexual, são todas do sexo masculino. A quase totalidade das vítimas (n = 35; 89.7%) refere que o agressor foi um sacerdote. Apenas quatro vítimas mencionaram ser um leigo (por e.g., catequista, seminarista). A grande maioria das vítimas (n = 30; 82.1%) identifica o agressor e refere uma idade aproximada que varia entre os 21 e os 65 anos. As restantes vítimas (n = 9) não conseguiram precisar a idade da pessoa que cometeu o abuso.

Relativamente ao **contexto onde conheceram a pessoa que cometeu o abuso sexual**, a quase totalidade das vítimas (97.4%) refere tê-la conhecida no contexto da Igreja.

A(s) situação(ões) abusiva(s) ocorreu(ram) 38.5% no contexto da Igreja e 20.5% em instituição. A maior parte das situações no contexto da Igreja aconteceram sobretudo no confessional, seguindo-se a sacristia. Uma das vítimas refere o gabinete do padre. Para oito vítimas, a(s) situação(ões) abusiva(s) ocorreu(am) na casa do padre, na casa de férias do padre ou na casa paroquial. Para seis vítimas os factos ocorreram no Seminário e em quatro situações no carro do agressor.

No que aos **comportamentos sexualmente abusivos** diz respeito, são sobretudo exercidos pela pessoa que cometeu o abuso sexual para com a vítima (vs. da vítima para com a pessoa que comete o abuso vs. mútuos):

- em 56.4% das vítimas, a pessoa que cometeu o crime usou *toques/carícias em outras zonas erógenas do corpo, que não os órgãos sexuais, e/ou beijos nas mesmas zonas*. Com 48.7% das vítimas, este comportamento ocorreu mais do que uma vez.
- em 33.3% dos casos houve *manipulação dos órgãos genitais da vítima por parte da pessoa que cometeu o abuso*, o que aconteceu em mais do que uma vez (em 40.6% das vítimas).
- 23.1% das vítimas referem que a pessoa que cometeu o abuso teve *conversas com conteúdo sexualizado*, o que ocorreu em mais do que uma vez (28.2%).
- em 20.5% das situações, a pessoa que cometeu o abuso pediu à vítima para que esta também o masturbasse.
- ainda que com uma referência residual, acrescenta-se que foi reportado por seis vítimas *sexo oral, anal ou vaginal* por parte da pessoa que cometeu o abuso para com a vítima.

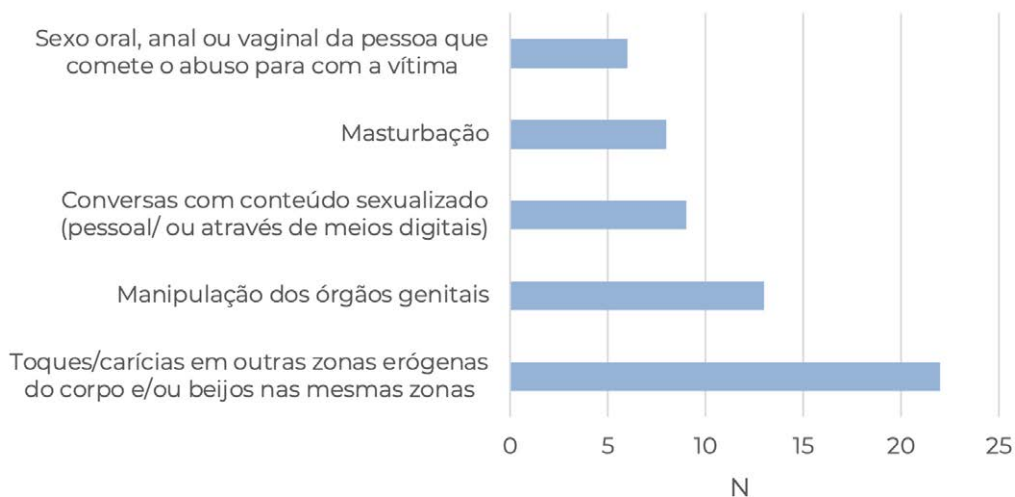


Gráfico 5. Comportamentos sexualmente abusivos mais frequentes

Na quase totalidade das situações (94.9%), a pessoa que cometeu o abuso não reconheceu a agressão. Em duas situações a pessoa agressora pediu desculpa. Numa das situações o pedido ocorreu em sequência de uma decisão judicial e, na outra situação, a pessoa que cometeu o abuso procurou justificar o seu comportamento com experiências passadas (*“Pediu desculpa, justificando que teve muitos problemas na infância”*).

Em termos de **estratégias da pessoa que cometeu o abuso sexual**, em todas as situações reportadas as vítimas identificam que houve “abuso de autoridade” resultante do estatuto do agressor; a “confiança e familiaridade” é reportada por mais de metade das vítimas (66.7%), bem como o recurso a estratégias de “engano, confusão, surpresa” (56.4%). De forma menos expressiva, oito vítimas referem os “comportamentos de duplo significado” e sete mencionam o “aliciamento com recompensas” (afetivas, materiais ou outras).

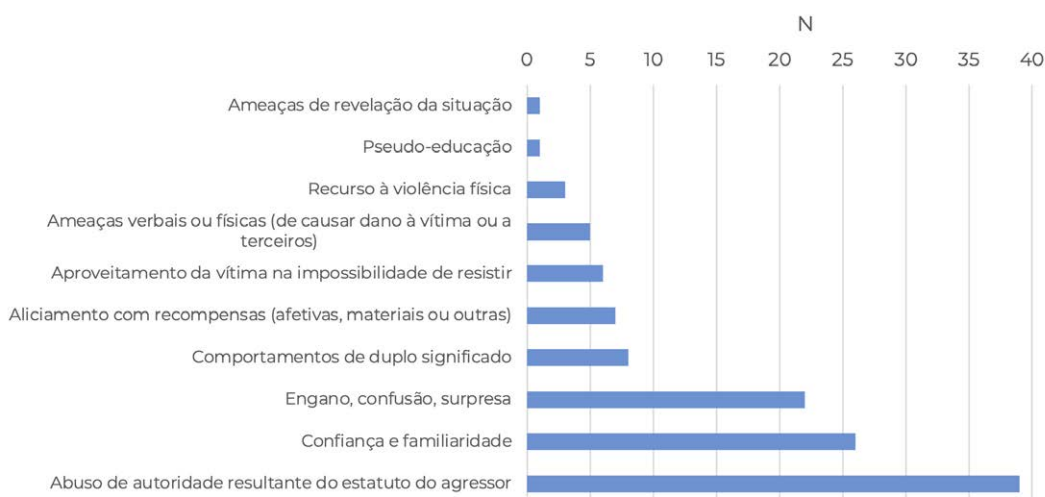


Gráfico 6. Estratégias da pessoa que cometeu o abuso sexual

Segue-se uma descrição de algumas **verbalizações que as vítimas recordam por parte das pessoas que cometeram o abuso**, como forma de justificar os seus atos:

“Dizia que era deficiente, que Deus castigou-me e que tinha de fazer as coisas que ele queria”

“Ele era mensageiro de Deus e dizia que se passasse mais tempo com ele, Deus ia curar-me.”

“Disse que eu estava bonito”.

“Dizia que eu era muito bonita”.

“Ele dizia muitas vezes «gosto muito de ti»”.

“(…) Que era a vontade de Deus, que era Deus quem queria”.

“Era habitual os padres do Seminário terem «roscas», o nome que davam aos «namorados»”.

“Durante o dia, em sala de aula, seduzia-me com olhares e gestos. Dois dedos à volta do nariz significava um beijinho e coçar a orelha significava um abraço, sendo que nessa noite eu sabia que tinha de me deslocar, após a meia-noite, ao quarto dele (...) no final dava-me chocolates e pedia para não contar a ninguém, porque eramos roscas e ninguém iria compreender”.

“Para me purificar, para ir para o céu, para ficar sem maus pensamentos”.

“No final dizia que ficava entre nós e Deus, que não podia contar senão ia para o Inferno ou para a prisão”.

“(…) Não vais andar a dizer porque não se diz, falar é muito feio. Se contares, Deus não perdoa os teus pecados”.

“Ameaçava com o Inferno por eu pecar contra a castidade sozinho, que era um pecado”.

“Mandava-me confessar-se porque o pecador era eu”.

“No início fez-me várias perguntas sobre mim e a minha família, se eu tinha problemas, se me dava com outras pessoas, se tinha problemas com a família, com isto e aquilo. Depois dizia que era para o meu bem, que ia ficar melhor e depois pediu-me segredo”.

O que impediu que o(s) comportamento(s) abusivo(s) continuasse(m) foram, sobretudo, estratégias de evitamento da vítima (48.7%) – afastamento da vítima do local onde ocorreram os alegados factos ou deixar de frequentar atividades onde se podia cruzar com a pessoa que cometeu o abuso (e.g., deixar de ir à missa, à catequese –, sendo residual outro tipo de situações como, por exemplo, o afastamento da pessoa que cometeu o abuso do local, desinteresse do agressor ou alguém ter descoberto).

Na base da **não revelação** à data dos factos (33.3% só revelaria mais tarde e 51.3% somente agora, ou seja 84.6%) esteve sobretudo o medo (56.4%), o medo de não ser acreditado (46.2%; e.g., “*Não era possível revelar naquela altura; aprendíamos que se obedecia ao padre*”; “*30 anos mais tarde revelei a situação a um Bispo, que desvalorizou e ignorou*”) ou das possíveis consequências (25.6%), sendo que a maioria das vítimas (64.1%) revela ter sentido vergonha e cerca de um terço refere sentimentos de culpa (38.5%).

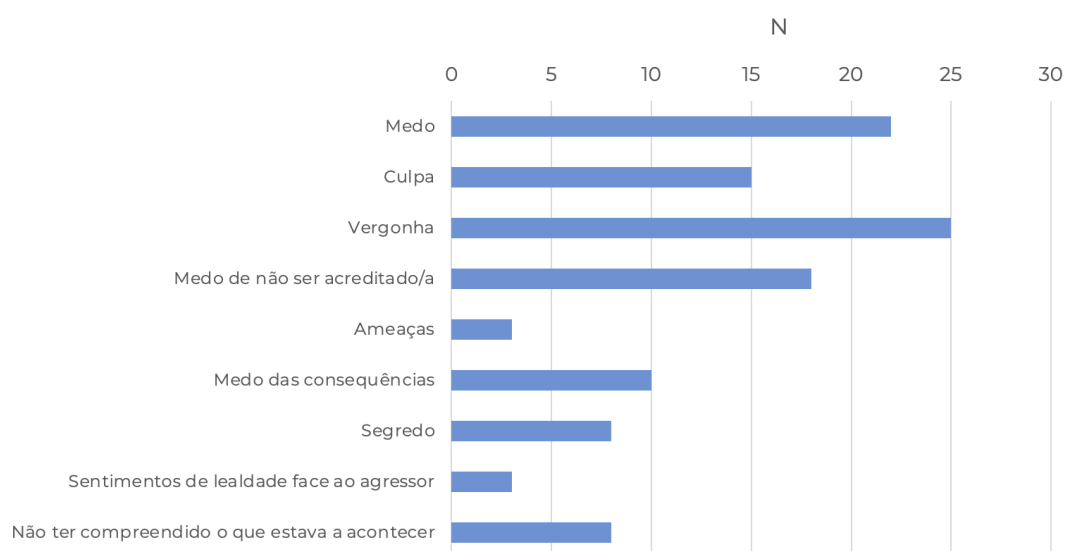




Gráfico 7. *Motivos para a não revelação por parte da vítima*

Quando se relacionam as estratégias usadas pela pessoa que cometeu o abuso sexual com os motivos para a não revelação por parte das vítimas (Tabela 1), verifica-se que o “Abuso de autoridade resultante do estatuto do agressor”, a “Confiança e familiaridade”, bem como o “Engano, confusão e surpresa” surgem como as estratégias mais frequentemente referidas por vítimas que referem não ter revelado a situação por medo, culpa e vergonha. “Manter o segredo” e “Não ter compreendido o que estava a acontecer” surge em vítimas que referem como estratégias o “Abuso de autoridade” e a “Confiança e familiaridade”.

Tabela 1. Cruzamento entre “Estratégias da pessoa que cometeu o abuso” e “Motivos para a não revelação por parte das vítimas” (n)

Estratégias da pessoa que comete o abuso	Motivos para a não revelação da situação abusiva						
	Medo	Medo de não ser acreditado	Medo das consequências	Culpa	Vergonha	Segredo	Não ter compreendido o que estava a acontecer
Abuso de autoridade resultante do estatuto do agressor	22	18	10	15	25	8	8
Confiança e familiaridade	16	12	5	12	17	7	6
Engano, confusão, surpresa	14	12	8	8	16	4	3
Ameaças verbais ou físicas (de causar dano à vítima ou a terceiros)	4	4	2	3	4	4	1
Aliciamento com recompensas (afetivas, materiais ou outras)	5	3	1	1	6	3	1
Pseudo-educação	0	0	0	0	1	0	0
Aproveitamento da vítima na impossibilidade de resistir	5	5	3	4	6	1	0
Recurso à violência física	2	1	1	1	2	0	0

 Pares mais frequentes, na globalidade dos cruzamentos analisados.

 Cruzamentos onde o n é maior, para o “Segredo” e “Não ter compreendido o que estava a acontecer”, considerando as diferentes estratégias do agressor.

Em termos de **impacto** a curto, médio e longo prazos, é possível identificar um conjunto de alterações físicas ou psicossomáticas, cognitivas, emocionais e comportamentais.

Em termos de **impacto físico ou psicossomático** são sobretudo reportadas (em aproximadamente 28% das vítimas) alterações nos padrões do sono (e.g., dificuldade em iniciar ou manter o sono, pesadelos, agitação) e dificuldades/disfunções sexuais (23.1%).

Relativamente ao **impacto cognitivo**, em mais de 40% das vítimas (43.6%) houve uma alteração ao nível das crenças religiosas (e.g., crenças negativas em relação à Igreja), e em cerca de um quarto das vítimas (n = 10) o surgimento de pensamentos ruminantes/intrusivos.

Em relação ao **impacto emocional**, mais de metade das vítimas (58.9%) refere irritabilidade/raiva e quase metade (46.2%), vergonha. O medo, a tristeza, a culpa, o nojo, o desamparo e a desconfiança apresentam também alguma prevalência neste grupo de 39 vítimas (Gráfico 8).

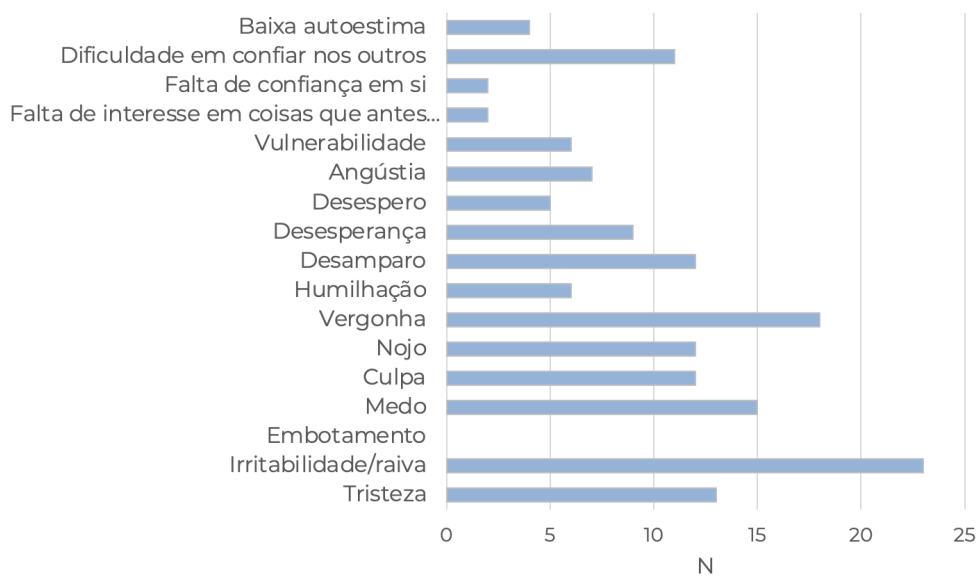


Gráfico 8. Impacto emocional nas vítimas

No que respeita ao **impacto a nível comportamental**, surge de forma mais expressiva o isolamento (em cerca de 28% das vítimas). O evitamento de situações/locais/pessoas/atividades/temas, a agressividade e as tentativas de suicídio são também apontados como impacto a curto, médio e longo prazo (Gráfico 9).

Globalmente, os dados parecem apontar para um maior número de impactos em situações em que a vivência abusiva decorreu mais do que uma vez.

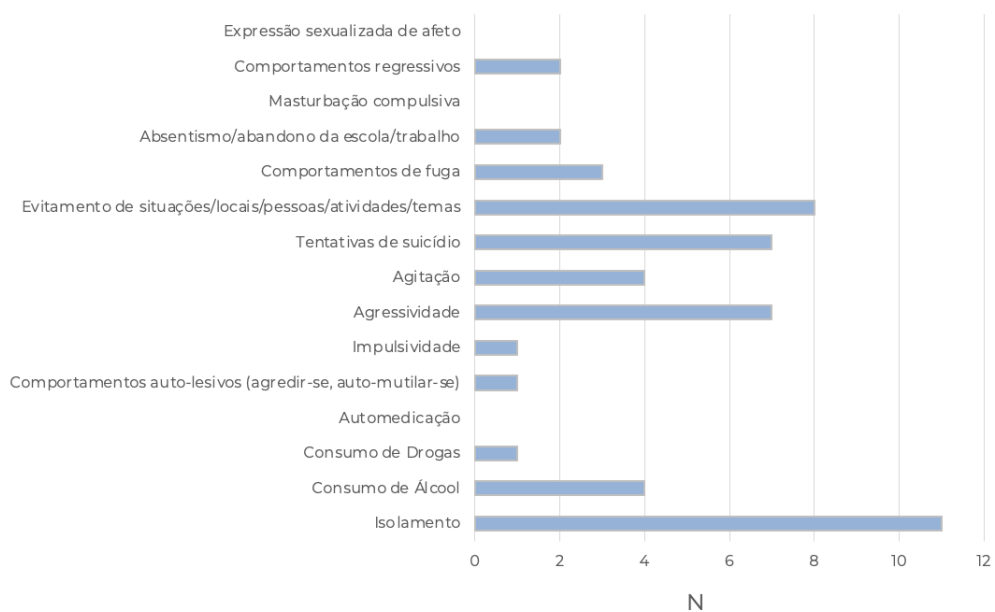


Gráfico 9. Impacto comportamental nas vítimas

Seguem-se as verbalizações de algumas vítimas que permitem ilustrar estas dificuldades:

“Mudou-me para toda a vida”.

“Sinto em mim o peso de uma grande injustiça”.

“Afastei-me dos amigos”.

“Não consigo estar com rapazes”.

“Ainda penso sobre o que aconteceu, sobretudo quando vejo notícias relacionadas, revivo na minha cabeça, tenho pesadelos... sinto culpa [chora]... tudo o que me lembro faz-me mal, quanto mais falo, mais as ideias vêm à minha cabeça”.

“É uma angústia que sinto, uma dor”.

“Era católico praticante e deixei de ser. Não batizei os meus filhos, não permiti que frequentassem qualquer estrutura da Igreja, mas é triste ouvir um filho dizer que não confia em Deus porque não o levei à catequese... é triste, devia ter levado, a culpa é minha [chora]”.

“Passei a comer como forma de compensação, o meu corpo é para me esconder”.

“Deixei de me sentir acompanhada por Deus”.

Por fim, no primeiro contacto com o Grupo VITA, a **necessidade** mais frequentemente reportada é o apoio psicológico (em 71.8% das vítimas), sendo que mais de metade das vítimas (56.4%, n = 17) nunca teve acompanhamento psicológico, e 33.3% (n = 13) teve esse apoio no passado.

Um pouco mais de metade (53.8%) teve/tem apoio psiquiátrico, sendo cerca de um quinto (n=8) as que referem beneficiar atualmente desse apoio. Das vítimas que mencionaram ter ou já ter tido apoio psiquiátrico, na sua maioria foi com medicação psiquiátrica (61.5%). Para nove das vítimas a toma de medicação ocorre atualmente, e sete mantêm a medicação que começou a ser tomada no passado.

Ainda que em número inferior, mas à data da realização das entrevistas iniciais, nove vítimas reportaram a necessidade de apoio psiquiátrico e, seis, de apoio social. Apenas quatro vítimas indicaram, numa fase inicial, a vontade de ser indemnizadas. À data atual, em que este relatório é apresentado, algumas vítimas reportaram ter a intenção de analisar a possibilidade de pedir uma indemnização.

Crenças das vítimas sobre como evitar situações abusivas

Quando as vítimas são questionadas sobre o que poderia ser feito para **EVITAR** os abusos, as respostas tendem a surgir associadas a três dimensões principais:

- *Importância de serem estabelecidos canais de denúncia* (e.g., linha ou espaço para submeter eventuais denúncias, maior atenção à vítima quando a denúncia é realizada, maior atenção a este problema por parte dos responsáveis eclesiais);
- *Expressão e vivência da sexualidade de um modo mais saudável* (e.g., a sexualidade ser um assunto abordado de forma mais natural, com maior esclarecimento, no qual o fim do celibato obrigatório poderia ser uma solução), e
- *Organização de estratégias preventivas* (e.g., alteração de procedimentos e regulamentos de modo a evitar oportunidades e situações que favoreçam abusos sexuais, intervenção atempada com pessoas que tenham intenção de abusar).

Crenças das vítimas sobre estratégias de reparação em situações abusivas

Quando as vítimas são questionadas sobre o que poderia ser feito para **REPARAR** os abusos sexuais, as respostas tendem a surgir associadas a duas dimensões principais:

- *Pedido de desculpa* (e.g., pedido de desculpa individual, reconhecimento do erro, credibilizarem o que as vítimas relatam), e
- *Acompanhamento das vítimas* (e.g., acompanhamento psicológico, psiquiátrico, social ou outro).

Reflexões finais relativas à caracterização das vítimas atendidas e dinâmicas das situações abusivas

Importa destacar que a caracterização das vítimas, das pessoas que cometeram o abuso, bem como das dinâmicas abusivas, dizem respeito a 39 indivíduos. Chamamos a atenção para o facto de o processo de escuta ser um processo *ongoing*, ou seja, as vítimas que o Grupo VITA poderá receber nos próximos meses poderão apresentar uma caracterização distinta, pelo que novas considerações poderão ser feitas, no futuro.

Relativamente às vítimas:

- A maior parte denunciam abusos ocorridos em contextos da Igreja na zona norte e centro do país, o que segue, de algum modo, a prevalência do número de católicos na população e de contextos associados à Igreja Católica em Portugal (segundo as estatísticas dos Censos 2021).
- A maioria (70%) possui escolarização de ensino secundário e/ou superior, sugerindo ser uma população escolarizada, eventualmente com maior facilidade de aceder aos contactos do Grupo VITA. Não obstante se tenham usado diferentes canais de divulgação, importa assegurar que a divulgação sobre os canais de denúncia chega a populações menos escolarizadas e com maior dificuldade em aceder às plataformas de contacto.

Relativamente à violência sexual:

- Grande parte tende a ocorrer entre os sete e os 10 anos de idade. Os dados dos RASI têm apontado a faixa etária dos 8-13 anos como sendo a mais prevalente ao nível das vítimas (e.g., variando entre os 63% e os 74% nos últimos cinco anos: 63.1% em 2022; 74.3% em 2021; 69.1% em 2020; 71.4% em 2019, e 69.9% em 2018), sugerindo uma atenção especial nesta faixa etária pela sua vulnerabilidade, bem como estratégias preventivas nos contextos de vida das crianças.
- O padrão típico de aliciamento da criança/adulto vulnerável decorre de uma situação de grande familiaridade entre agressor e vítima, o que gera confusão, engano e surpresa. Após a situação, a vítima intencionalmente evita e afasta-se, sente culpa e vergonha. Neste processo, a confusão associada à situação abusiva e a antecipação da dificuldade em fazer prova da mesma, dificulta o próprio processo de denúncia. Este é um padrão típico das situações de violência sexual, mas que no contexto da Igreja se reveste de uma particular importância, tendo em conta os princípios que sustentam a religião Católica.
- A maioria dos abusos sexuais decorreu no confessional, na sequência de um aproveitamento de uma circunstância habitual no contexto da Igreja. Este é um contexto que também tem sido amplamente reportado em estudos internacionais. Esta situação sugere a revisão de alguns procedimentos no acesso e proteção deste contexto.
- Em 75% dos casos as vítimas tendem a reportar abusos ocorridos nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Cerca de 12.5% decorreram nos anos 90 e os restantes (12.5%) decorreram após o ano 2000. Estes dados tendem a seguir resultados verificados em outros países (e.g., Alemanha e França), sendo que a diminuição das acusações durante as décadas seguintes tem de ser interpretada tendo em conta, também, a diminuição do número de clérigos. A partir dos anos 90 inicia-se um processo mais favorável em termos legais, sociais e culturais no que aos abusos sexuais diz respeito, facilitando os processos de revelação e denúncia. Contudo, e não obstante estes dados, muitos abusos sexuais poderão ter acontecido após os anos 90 do século passado, sendo ainda difícil para algumas vítimas efetuar as suas denúncias. Importa, por isso, divulgar os canais existentes para este efeito, usando estratégias de maior proximidade com as comunidades.

Relativamente ao impacto:

- O impacto expresso pelas 39 vítimas é semelhante ao encontrado em estudos internacionais conduzidos também no contexto da Igreja Católica. Apesar do cuidado na interpretação dos resultados, os mesmos parecem apontar para um maior número de impactos (e.g., emocional, psicossomático, comportamental) quando o abuso ocorreu mais do que uma vez. Esta é uma variável para a qual é importante olhar à medida que se for recolhendo informação de mais vítimas.
- O isolamento surge como o impacto mais reportado pelas vítimas. Acresce o facto de mais de 40% das vítimas viverem sozinhas, constituindo-se, em ambos os casos, como fatores de risco para a emergência de problemáticas a nível da saúde mental.

As vítimas destacam a necessidade de existirem procedimentos de atuação que visem a prevenção e a agilização das denúncias e respetivos apoios, tornando o processo mais célere.

Caracterização de adultos sinalizados

Descreve-se aqui, ainda que de forma sumária, a situação de três pessoas adultas que, não preenchendo critérios para poderem ser consideradas como adultos vulneráveis, reportaram ao Grupo VITA a existência de uma situação de natureza sexual com um membro do clero.

Dois dos três adultos que se encontram nesta categoria são do sexo feminino, tendo o mais novo 19 anos de idade; os restantes encontram-se no escalão etário dos 40 anos. Os três adultos são portugueses e apenas um vive sozinho. A pessoa sobre a qual é feita a acusação é, nas três situações, um padre em paróquia, com idade compreendida entre os 50 e os 55 anos.

A situação de quebra do 6.º mandamento é referida como tendo ocorrido: uma em 1988, uma em 2020 e a terceira em 2022, sendo a duração, em duas situações, de um ano. Na outra situação, a pessoa refere ter ocorrido duas vezes.

É sobretudo reportado impacto a nível emocional.

“Sinto-me excluída, posta de lado, revoltada, discriminada e frustrada... foi uma humilhação e fico à deriva, sem objetivos, porque queria seguir o caminho religioso... confusa, baralhada... é padre, tem de ter uma postura de padre e lutar contra certos desejos... aproveitou-se de mim... ele tem de sentir que errou e mudar o comportamento”.

“Sinto muita raiva, acho que uma pessoa assim não pode ser padre. Conheci uma pessoa que se aproveita da Igreja para obter vantagens para ele, aproveita-se das mulheres”.

Sinalizações

Em termos de sinalização das situações reportadas, o Grupo VITA procede do seguinte modo:

- Comunica à PGR e à PJ as denúncias de violência sexual no contexto da Igreja, exceto nas situações em que o denunciado tenha falecido ou quando tenha já decorrido, ou esteja a decorrer, processo judicial de natureza criminal.
- Paralelamente, comunica às estruturas da Igreja, em função da natureza da situação e da identidade do denunciado, nomeadamente, às Dioceses, às CD, aos IVCSVA ou à Nunciatura.

Durante este primeiro período de atuação, procedeu-se em conformidade, tendo sido sinalizadas às estruturas eclesiais um total de 45 situações, e à PGR/PJ, 16 (Figura 3):

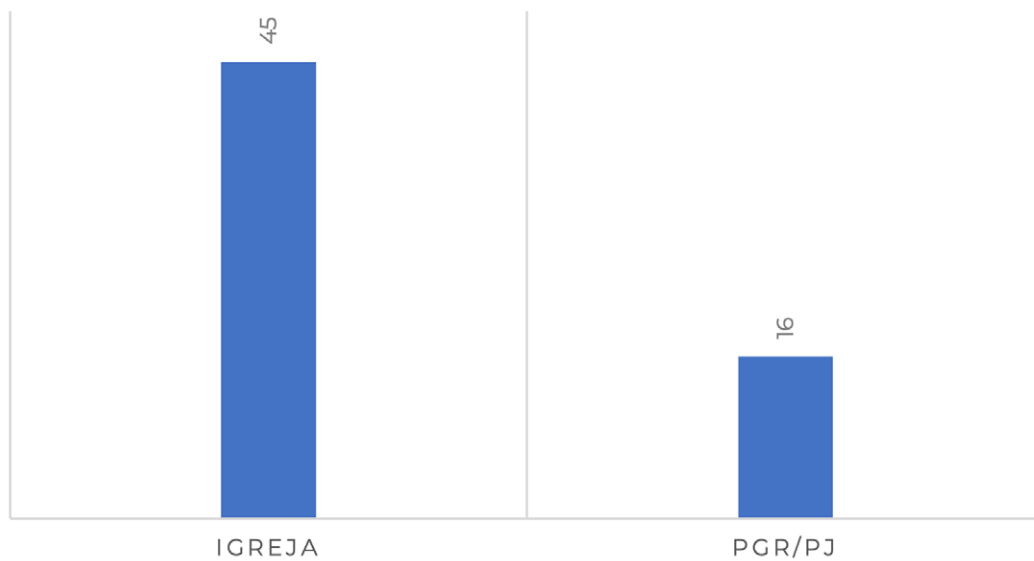


Figura 3. Sinalizações efetuadas pelo Grupo VITA⁷

⁷ A discrepância entre as situações sinalizadas a estruturas eclesiais e à PGR/PJ relaciona-se com o facto de alguns suspeitos terem já falecido e, noutras situações, ter já decorrido (ou estar a decorrer) um processo judicial de natureza criminal. Por estruturas eclesiais entendem-se as Dioceses, os IVCSVA e a Nunciatura.

De uma forma mais específica, apresentamos de seguida as sinalizações efetuadas às diversas CD, perfazendo um total de 27 situações⁸.

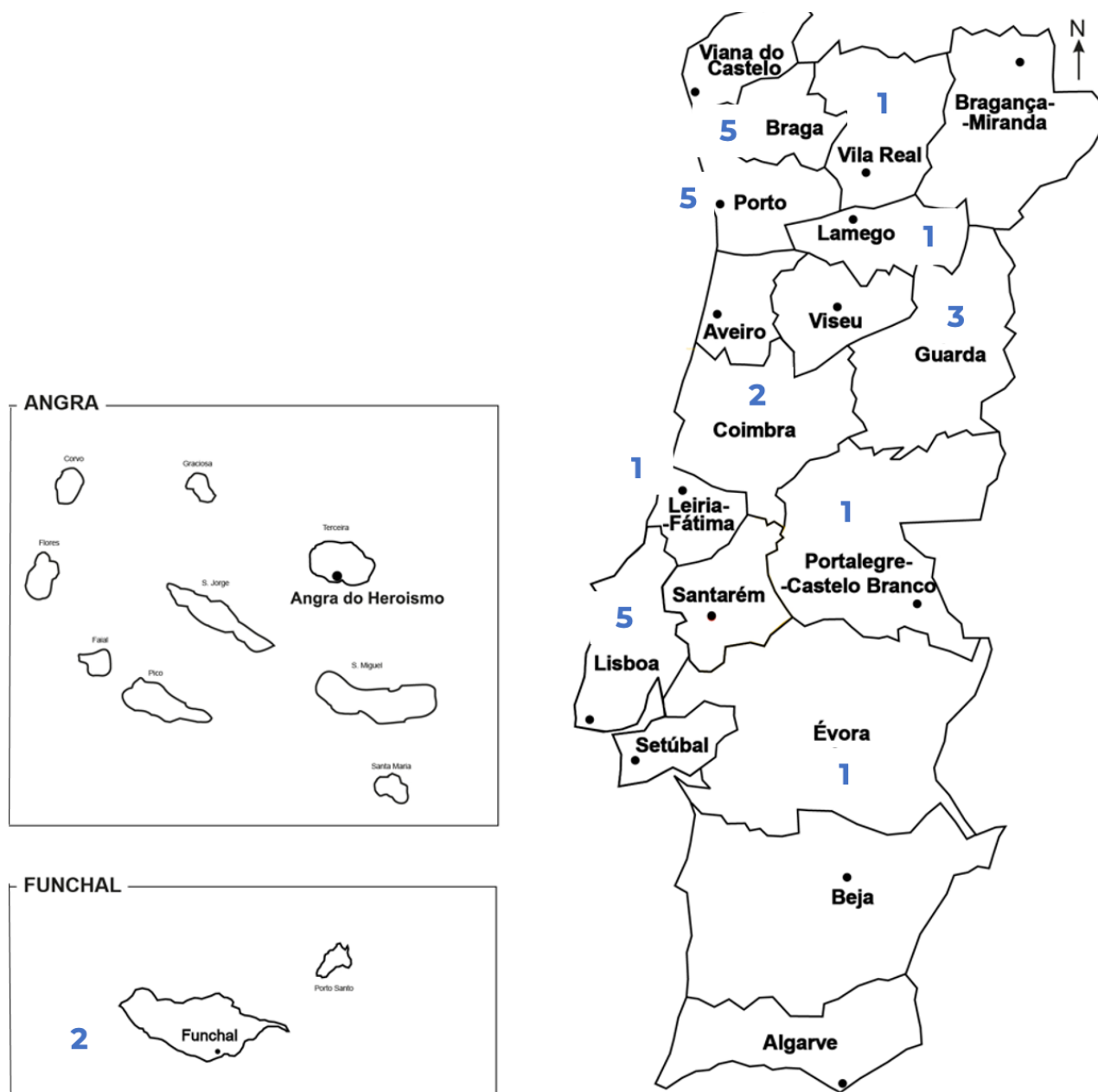


Figura 4. Sinalizações às CD

⁸ As restantes situações foram sinalizadas diretamente às Dioceses ou a outras estruturas eclesiais, como os IVCSVA.

Acompanhamento e Encaminhamento

Em função das necessidades identificadas, as vítimas foram encaminhadas para diversos tipos de apoio:

Psicológico	Psiquiátrico	Social	Jurídico	Financeiro	Espiritual
18 ⁹	2 ¹⁰	4	1	4 ¹¹	0

Apoio psicológico e psiquiátrico

As consultas de Psicologia e de Psiquiatria estão a ser asseguradas pela Bolsa de Profissionais constituída pelo Grupo VITA (descrita adiante) e estes custos estão a ser suportados pela Igreja (Dioceses e IVCSVA).

Foram encaminhadas três situações para a APAV, ao abrigo do protocolo existente entre esta entidade e a Diocese de Lisboa. Destas, apenas uma se mantém ainda em acompanhamento, na medida em que as restantes vieram a solicitar acompanhamento psicológico por parte dos profissionais da Bolsa do Grupo VITA.

Numa situação concreta, e devido à ideação homicida e, posteriormente, suicida, foi necessário articular com o INEM.

Apoio social

O apoio social tem vindo a ser prestado com a colaboração de diversas entidades da sociedade civil, nomeadamente, a SCML e algumas Câmaras Municipais.

Outro tipo de apoio

O grupo VITA tem também acompanhado algumas vítimas de violência sexual em diligências diversas, nomeadamente, em processos de audição por parte das CD ou dos IVCSVA. Até ao momento, este processo de acompanhamento ocorreu em cinco situações.

Acompanhamento das vítimas no encontro com o Papa Francisco

No âmbito da JMJ, o Grupo VITA colaborou, em articulação com a ECN e com a CIRP, na identificação das vítimas a serem recebidas pelo Papa Francisco. As 13 vítimas selecionadas foram acompanhadas por quatro elementos do Grupo VITA. Nos dias seguintes foi efetuado um *follow-up* da situação, de modo a melhor compreender o impacto deste encontro no seu bem-estar.

De uma forma global, este encontro teve um impacto muito positivo nas vítimas, que se sentiram escutadas, identificando este encontro como um primeiro passo para o reconhecimento da problemática dos abusos sexuais no contexto da Igreja.

⁹ Cinco outras vítimas estão ainda a aguardar encaminhamento para apoio psicológico.

¹⁰ Uma outra vítima está ainda a aguardar encaminhamento para apoio psiquiátrico.

¹¹ Quatro vítimas requereram apoio financeiro numa fase inicial, como forma de reparação por danos morais, sendo que outras manifestaram já esse interesse e poderão vir a fazê-lo no futuro.

2. SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Sensibilização

A sensibilização inclui o desenvolvimento de recursos e a criação de estratégias de comunicação que permitam divulgar o Grupo VITA e abordar a problemática da violência sexual no contexto da Igreja, aumentando a literacia sobre a mesma.

Envolve ainda ações de informação, de curta duração, dirigidas a públicos-alvo muito diversos.

Recursos desenvolvidos:

- Elaboração do *site* www.grupovita.pt, que é atualizado regularmente com novos conteúdos.
- Guia de orientação para a linha de atendimento telefónico¹².
- Guião de entrevista semiestruturado para atendimento a vítimas de violência sexual no contexto da Igreja.
- Elaboração do recurso “*CONHECER. PREVENIR. AGIR. Manual de Prevenção da Violência Sexual contra Crianças e Adultos Vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal*”¹³.

O Grupo VITA elaborou um **site** com os seguintes objetivos:

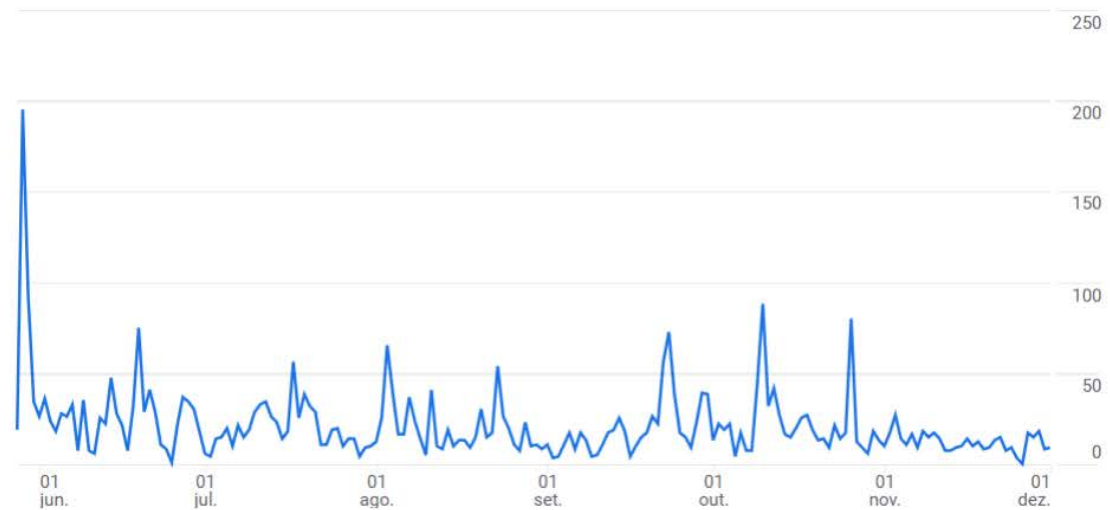
- Dar a conhecer a missão do grupo.
- Criar um canal de denúncia.
- Facultar o acesso a um conjunto de informações sobre a problemática da violência sexual, sobre procedimentos de denúncia e de averiguação canónica.
- Providenciar o acesso a um conjunto de recursos que promovam uma maior literacia sobre a temática da violência sexual.
- Estimular uma linha de investigação que contribua para a compreensão sobre a problemática da violência sexual no contexto da Igreja Católica.
- Contribuir para a criação de programas e materiais de prevenção de cariz universal que possam estar disponíveis para diferentes comunidades católicas.

¹² Disponível no *site* do Grupo VITA: www.grupovita.pt

¹³ Disponível no *site* do Grupo VITA: www.grupovita.pt

De seguida apresenta-se uma **caracterização geral relativa à utilização do site**:

Utilizadores por Público-Alvo ao longo do tempo



Utilizadores	Utilizadores novos	Sessões	Visualizações por sessão	Duração média da sessão
3 348	3 307	4 857	2,05	3 min 30 s
100% do total	100% do total	100% do total	Média 0%	Média 0%
3 348	3 307	4 857	2,05	3 min 30 s



PAÍS	UTILIZADORES
Portugal	2,8 mil
United States	134
Brazil	88
China	67
Netherlands	62
Finland	37
France	34

CONHECER. PREVENIR. AGIR. Manual de Prevenção da Violência Sexual contra Crianças e Adultos Vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal.

Este Manual, digital e de acesso livre, disponível no *site* do Grupo VITA, foi desenvolvido com o objetivo de sistematizar a informação relativa à problemática da violência sexual no contexto da Igreja e subdivide-se em três grandes áreas:

Conhecer - engloba o enquadramento legal desta problemática, à luz do Direito Penal e do Direito Canónico; as dinâmicas específicas da violência sexual, na perspetiva das vítimas; a compreensão do funcionamento das pessoas que cometem crimes de natureza sexual e a definição de conceitos.

Prevenir - engloba medidas preventivas que devem ser adotadas na Igreja, como os processos de recrutamento e seleção seguros; ações de sensibilização, formação e acompanhamento; elaboração de mapas de risco, códigos de conduta e boas práticas; orientações gerais para as diversas estruturas da Igreja, bem como programas de prevenção primária ou universal da violência sexual dirigidos a crianças.

Agir – engloba as políticas de denúncias internas, os canais de denúncia e os processos de acolhimento, escuta e acompanhamento das vítimas.

O Manual inclui, ainda, um conjunto de Recursos, passíveis de serem impressos para divulgação.

O Manual está disponível para *download* em www.grupovita.pt.

Estratégias de comunicação:

- Criação de um cartaz, que tem sido divulgado por numerosas entidades, a nível nacional, através de redes sociais e da sua distribuição por entidades parceiras, e da sua afixação em locais estratégicos (ver Anexo).
- Criação de um cartaz dirigido a emigrantes, que tem sido divulgado pela Rede Diplomática e Consular (ver Anexo).
- Publicação mensal de um artigo do Grupo VITA no Jornal “*Público*” (publicados sete artigos até ao momento, que podem ser consultados no *site* do Grupo VITA¹⁴).
- Criação de um *spot* publicitário, com o apoio da Rádio Renascença, que tem sido divulgado por diversas rádios em Portugal (articulação com a Associação de Rádios de Inspiração Cristã e com a Associação Portuguesa de Radiodifusão).
- Presença do Grupo VITA nos *media*.

¹⁴ Disponível no *site* do Grupo VITA: www.grupovita.pt

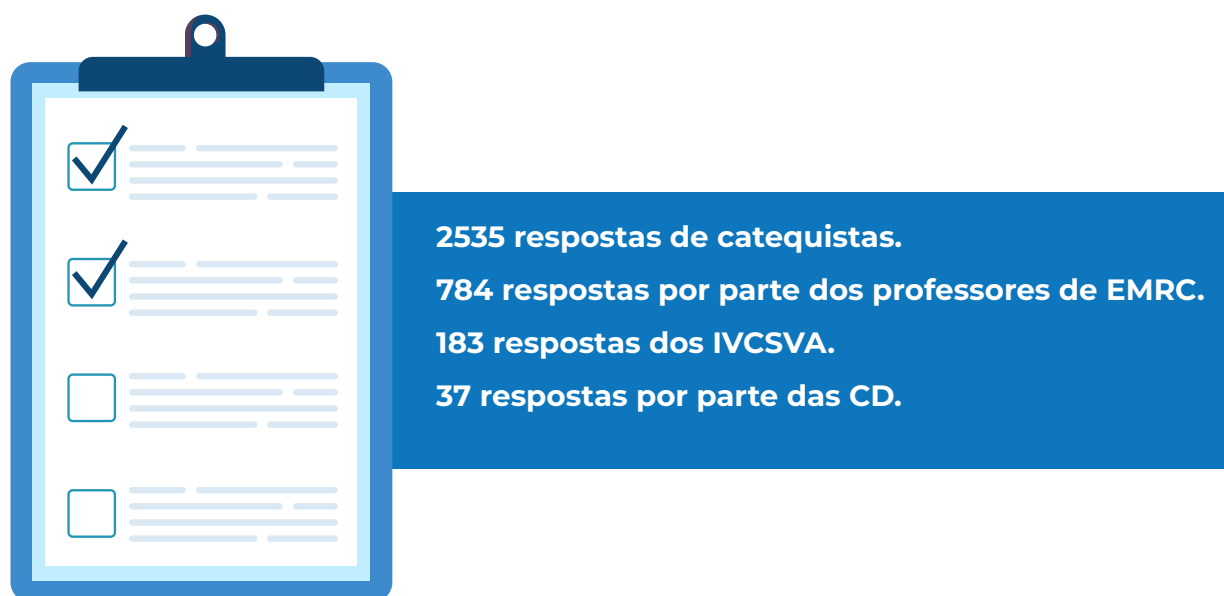
Ações de formação de curta duração:

Realizaram-se sete ações de sensibilização de curta duração para: dirigentes dos escuteiros (em articulação com o CNE), técnicos de educação social (em articulação com a APTSES), profissionais de escolas católicas (em articulação com a APEC), professores de EMRC e catequistas (em articulação com o SNEC) e advogados (em articulação com a OA).

Formação

As ações de formação têm maior duração, permitindo o aprofundamento dos temas abordados. Têm também como objetivo a formação de “Agentes Formativos” que poderão, depois, assumir o papel de formadores, replicando ações formativas nas respetivas Dioceses ou IVCSVA. Em 2024 esta formação será replicada e aprofundada.

Avaliação de necessidades prévia à formação: Por forma a melhor compreender as necessidades formativas, foram desenvolvidos e aplicados questionários de avaliação de necessidades (online) junto dos seguintes grupos: CD¹⁵, IVCSVA¹⁶, catequistas e professores de EMRC¹⁷.



¹⁵ Com a colaboração da ECN.

¹⁶ Com a colaboração da CIRP.

¹⁷ Com a colaboração do SNEC

Apresenta-se se seguida uma descrição mais detalhada dos **programas formativos das CD e dos IVCSVA** – formação inicial.

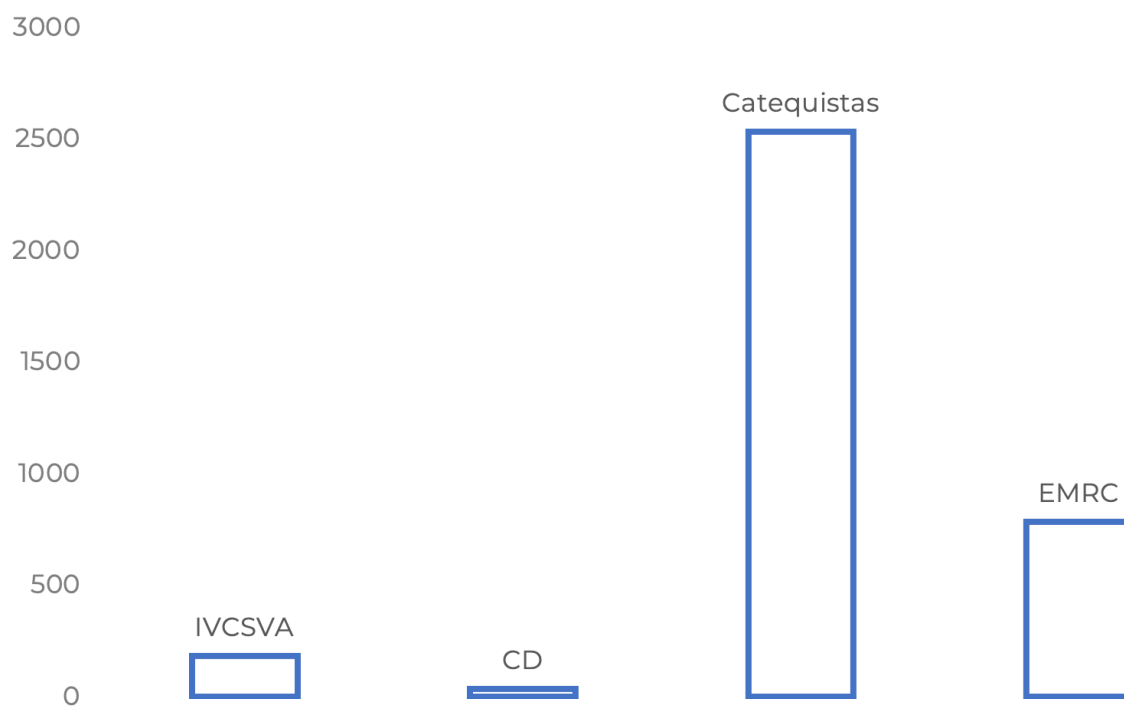


Gráfico 10. *Participantes na avaliação de necessidades*

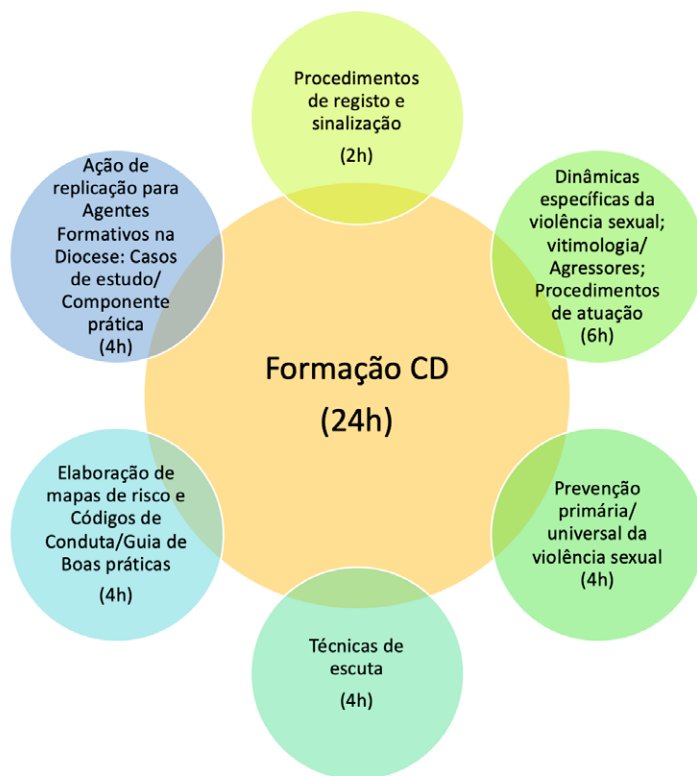


Figura 5. Programa formativo das CD

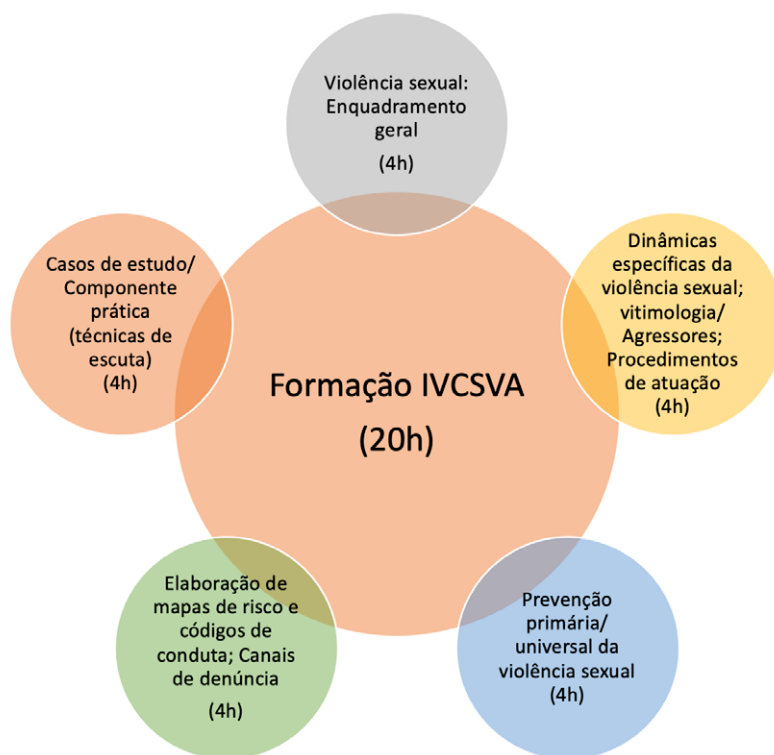
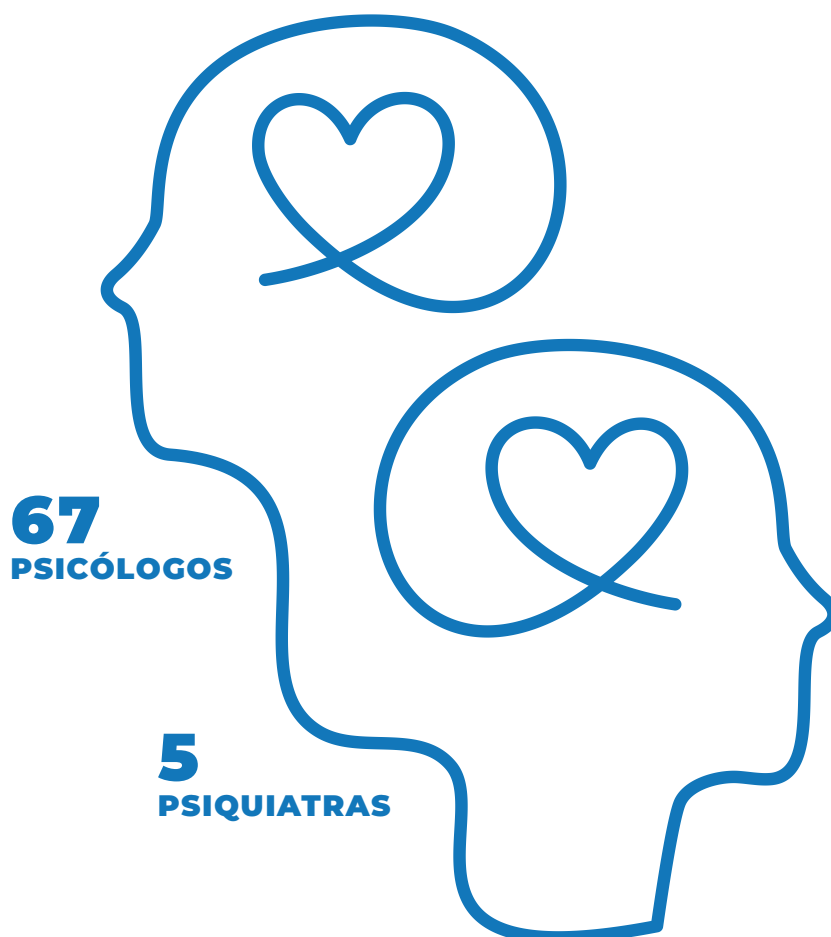


Figura 6. Programa formativo dos IVCSVA

Também os Psicólogos e Psiquiatras selecionados para a **Bolsa de Profissionais**¹⁸ beneficiaram de uma formação inicial, com a duração total de 7h. A partir de janeiro de 2024 estes profissionais irão beneficiar de formação avançada e de supervisão mensal.

A Bolsa é constituída por Psicólogos e Psiquiatras observando-se, à data, uma elevada discrepância entre as duas categorias profissionais. Os psicólogos disponíveis cobrem mais de 80% do território de Portugal Continental. Relativamente às Regiões Autónomas, a Bolsa dispõe apenas destes profissionais na ilha da Madeira. Os psiquiatras encontram-se na Grande Lisboa, Grande Porto, Madeira e Açores. A Bolsa apresenta profissionais que fazem as consultas de forma presencial e/ou *online*.



¹⁸ Em articulação com a OPP, com o Colégio da Especialidade de Psiquiatria e com o Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Infância e da Adolescência, da Ordem dos Médicos, bem como com a Associação dos Médicos Católicos Portugueses.

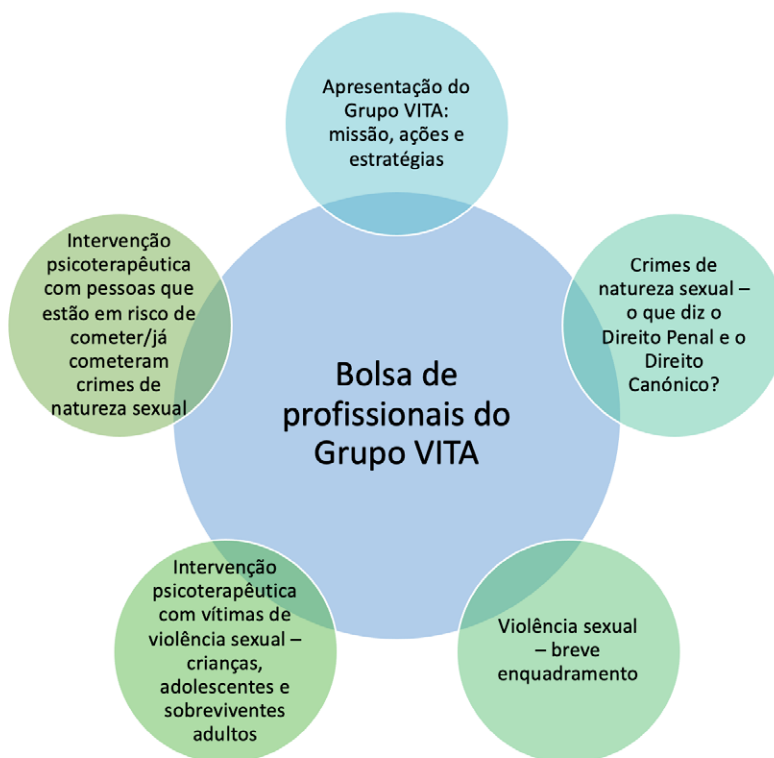


Figura 7. Formação inicial da Bolsa de Profissionais

As ações de sensibilização e formação conduzidas até ao momento abrangem um universo de cerca de 800 pessoas.

Em 2024 está prevista formação dirigida a:

- ✓ Catequistas
- ✓ Professores de EMRC
- ✓ Docentes e psicólogos de escolas católicas
- ✓ Professores (em articulação com a DGE)

3. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Para a condução das iniciativas já descritas, ao longo dos primeiros seis meses de funcionamento, o Grupo VITA articulou com diversas entidades da sociedade civil e religiosa, com os seguintes objetivos:

- Dar a conhecer a missão do grupo VITA.
- Estabelecer canais de comunicação privilegiados.
- Criar relações de parceria e colaboração.

Entidades com quem o Grupo VITA articulou:

- APAV
- APEC
- APEI
- APSS
- APTSES
- Associação Corações com Coroa
- Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
- Câmara Municipais (n = 67)
- Cáritas Portuguesa
- CI
- CIG
- CIRP
- CNE
- CNIS
- CNPDPCJ
- Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Infância e da Adolescência da Ordem dos Médicos
- Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos
- Colégio Militar
- CVP
- DGE
- Diversas Rádios Nacionais
- ECN
- INEM
- IPDJ
- OA
- OPP
- Ordem dos Fisioterapeutas
- PGR
- Projeto CUIDAR
- SCML
- Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
- SNEC

Sem esta articulação não teria sido possível abranger o universo de pessoas já descrito, nem realizar as diversas atividades e iniciativas explicitadas anteriormente.

4. INVESTIGAÇÃO

Porque é importante investigar?

A investigação sobre as circunstâncias que rodeiam o problema da violência sexual na Igreja Católica em Portugal desempenha um papel crucial no âmbito do Grupo VITA, permitindo:

- Uma compreensão abrangente dos pormenores dos incidentes ocorridos.
- Quantificar a extensão do problema.
- Identificar padrões e dinâmicas de funcionamento.
- Compreender a prevalência dos abusos em diferentes contextos eclesiais.

Estes estudos e abordagens estatísticas permitem determinar a gravidade do problema, mas também fornecem ao Grupo VITA uma base objetiva para a formulação de estratégias de prevenção e de intervenção mais direcionadas.

Projetos de investigação em curso:

Neste momento, sob orientação científica de docentes e investigadores do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da UTAD, encontram-se a decorrer **quatro investigações**¹⁹, sendo uma sobre as representações da sexualidade em seminaristas, diáconos e padres, procurando analisar estes aspetos atendendo a eventuais diferenças temporais nas distintas faixas etárias, analisando ao mesmo tempo as circunstâncias em torno da vivência do celibato. Outra investigação está centrada em catequistas e professores de EMRC, procurando analisar as suas atitudes e crenças sobre a sexualidade e a prática de violência sexual.

As restantes duas investigações focam-se na construção de programas de prevenção da violência sexual que serão a curto prazo implementados e testados pelos diferentes membros da Igreja (e.g., catequistas, professores de EMRC, profissionais de escolas católicas), sendo um centrado na intervenção com crianças de 1.º e 2.º ciclos (entre os seis e os 12 anos) e, outro, direcionado para a população adolescente (3.º ciclo e ensino secundário).

¹⁹ Estas investigações estão a ser realizadas por estudantes do Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco; Iscte).

5. ESTRATÉGIAS DE ADVOCACY

O Grupo VITA está comprometido em promover ações que possam gerar mudança ao nível das políticas e das comunidades, promovendo a proteção das crianças e adultos em situação de especial vulnerabilidade, assegurando a concretização dos seus direitos (Humanos e da Criança).

Neste contexto, o Grupo VITA aceitou prontamente o convite do Grupo de Trabalho – Avaliação da Legislação sobre Abusos Sexuais contra Menores (1.ª CACDLG) para uma audição da Assembleia da República, no dia 12 de outubro de 2023.

Nesta audição, o Grupo VITA apresentou as seguintes **propostas**:

- A importância em conduzir estudos, a nível nacional, com crianças e adultos (estes últimos, de natureza retrospectiva), para melhor conhecer a prevalência e a natureza das situações de violência sexual.
- Não obstante ter sido já votada na Assembleia da República a figura do “Provedor da Criança”, considerando as orientações internacionais, o Grupo VITA reforçou a necessidade de se insistir na criação desta figura.
- A definição de uma Estratégia Nacional de Prevenção da Violência Sexual contra crianças e jovens, envolvendo entidades públicas e privadas.
- A criação de estratégias de intervenção multinível: i.e., ações de prevenção primária ou universal, criando programas dirigidos a crianças e jovens em geral, numa lógica de promoção de fatores de proteção e promoção de comportamentos saudáveis; ações de intervenção seletiva, i.e., aplicação de programas de intervenção terapêutica especializados a todas as pessoas que cometem crimes de natureza sexual contra crianças e jovens. Em qualquer um dos casos a avaliação e monitorização é fundamental para a criação de intervenções com base em evidência científica.
- A aposta na formação contínua para profissionais que trabalhem diretamente nesta problemática.
- No que respeita a alterações a fazer em matéria penal substantiva, salientou-se a necessidade de aumento dos prazos de prescrição no que respeita a crimes sexuais, em particular contra menores de idade. A especial natureza deste tipo de criminalidade e a dificuldade sentida pela vítima em denunciar os abusos, justificam a criação de um regime excecional que impeça que a responsabilidade penal se extinga por prescrição antes de a vítima completar 30 anos de idade.

- Criação de um regime de denúncia obrigatória para crimes desta natureza por quem integre instituições que lidem com menores de idade.
- Dever de criação de canais de denúncia nestas instituições, em termos semelhantes ao que acontece com os canais de denúncia de crimes de corrupção.
- Rever o alargamento dos prazos para aplicação das sanções acessórias de proibição do exercício de funções por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual e de proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais, previstas nos artigos 69.º-B e 69.º-C do Código Penal.
- Necessidade de mais formação de magistrados judiciais.

Considerações finais

O Grupo VITA entrou em funcionamento há seis meses. Considerando que a principal missão deste Grupo consiste em acolher, escutar, acompanhar e prevenir as situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal, numa lógica de intervenção sistémica, este relatório elenca um vasto leque de iniciativas, ações e recursos desenvolvidos e implementados durante este período. Através da leitura detalhada deste relatório é possível constatar o envolvimento de um grande número de pessoas e entidades, dentro e fora do contexto da Igreja, apesar dos desafios que são expectáveis aquando da construção de pontes e articulações.

Centrando a sua ação nas vítimas, foi possível desenvolver formas de trabalho que potenciaram uma escuta ativa, o acompanhamento ao longo do tempo e o encaminhamento, globalmente célere das situações. A articulação com a CEP tem também vindo a ocorrer de uma forma continuada, o que se assume como imprescindível para a criação de sinergias. Também a Nunciatura Apostólica tem mostrado a sua disponibilidade para uma reflexão conjunta.

O trabalho desenvolvido até à data tem também estimulado a reflexão da equipa em torno de alguns tópicos, nomeadamente, no da violação do 6.º Mandamento do Decálogo. Sobre este ponto, o Grupo VITA entende que deve ser feita uma análise mais abrangente desta condição, sugerindo uma possível equiparação das situações de violação do 6.º Mandamento à prática de Assédio Sexual, considerando a posição hierárquica de maior poder por parte dos sacerdotes, bem como o contexto em que ocorrem estas situações.

Este Grupo continuará a desenvolver as suas ações durante o próximo ano, reforçando as parcerias e o trabalho em rede, com entidades nacionais e internacionais, melhorando canais de comunicação e construindo conhecimento.





Anexos



ATUAÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL
NO CONTEXTO DA IGREJA CATÓLICA
EM PORTUGAL



Ligue 91 509 0000
www.grupovita.pt

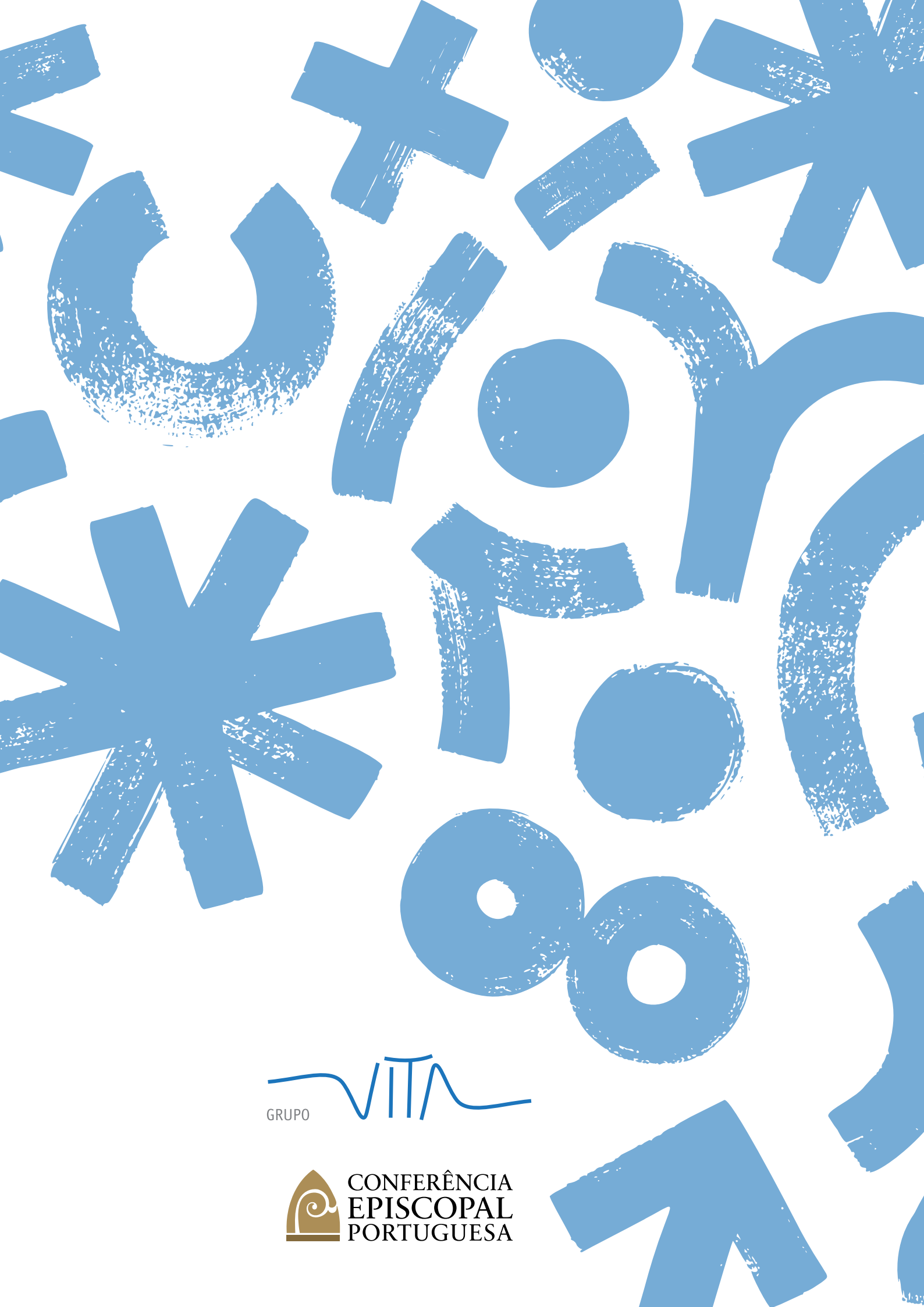


SE FOI VÍTIMA
DE VIOLÊNCIA SEXUAL
NO CONTEXTO DA IGREJA
CATÓLICA EM PORTUGAL

PODE FAZER A SUA DENÚNCIA
E PEDIR AJUDA

POR TELEFONE: +351 91 509 0000
ONLINE: www.grupovita.pt





CONFERÊNCIA
EPISCOPAL
PORTUGUESA